

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
14/07/2020	09:00	11:30	Videoconferência

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Metas Nacionais
04	Indicadores Justiça em Números
05	Ações de Retomada COVID-19
06	Situação Projetos Estratégicos
07	Desdobramento da Estratégia
08	2ª Semana de Sentenças e Baixas
09	Agendamento XII RAE
10	Encerramento

3. Participantes

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	Des. LOURIVAL de Almeida TRINDADE	Presidência do TJBA e do CGOV	
02	Des. Carlos Roberto Santos Araújo	1º Vice-Presidência	
03	Des. Augusto de Lima Bispo (Representado por Dr. Raimundo Braga)	2º Vice-Presidência	
04	Des. José Alfredo Cerqueira da Silva	Corregedoria Geral da Justiça	
05	Des. Osvaldo de Almeida Bomfim	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	Des. Nilson Soares Castelo Branco	Diretoria da Universidade Corporativa	
07	Juíza de Direito Eduarda Lima Vidal	Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados	
08	Juiz de Direito Fábio Alexandro Costa Bastos	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	
09	Juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino	Coordenação dos Juizados Especiais	
10	Clio Nobre Felix	Chefia de Gabinete da Presidência	
11	Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima	Secretaria-Geral da Presidência	
12	Pedro Lúcio Silva Vivas	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
13	Fabício Nascimento Ferreira	Secretaria de Administração	
14	Bianca Serra Araújo Henkes	Secretaria Judiciária	
15	Janaína Barreto de Castro	Secretaria de Gestão de Pessoas	
16	Luis Augusto Bahiense Cardoso	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
17	Fernanda Pinto Dantas Braga	Controladoria do Judiciário	
18	Moisés Bisesti de Queiroz	Assessoria de Comunicação	
Nº	Nome de outros representantes convidados:	Representando:	Assinatura
19	Juiz Cláudio César Braga Pereira	Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
20	Juiz Marcos Lêdo	Juiz Corregedor	
21	Juiz Jonny Maikel	Juiz Corregedor	
22	Adolfo de Souza Ferri	Núcleo de Arrecadação e Fiscalização	
23	Alexsandro Silva Santos	Diretoria de Planejamento Estratégico	
24	Maurício Góes Dantas	Diretoria de Programação e Orçamento	
25	Maria Cristina Carvalho Cunha	Coordenadora de Projetos e Processos	
26	Yves Christian Bernard Pavetto	Assessor da SEPLAN	
27	Pedro de Matos Souza	Assessor da SEPLAN	
28	Tatiany Ramalho	Assessora COJE	

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

29	Leonardo Oliveira	Assessor COJE	
30	Líbia Maria Almeida de Andrade	Assessora 2ª Vice-Presidência	
31	Thais Fonseca Felippi	Diretora de Primeiro Grau	

4. Abertura

O presidente do CGov, Des. Lourival Trindade, iniciou a Reunião da Análise da Estratégia agradecendo a presença de todos e falando da satisfação em compartilhar ideias que serão discutidas no evento. Parabenizou a Mesa Diretora pela gestão, bem como a coparticipação de todas as unidades que dão suporte com conhecimento, projetos e ações que vem auxiliando o TJBA a superar as dificuldades geradas pela nova situação de pandemia. Lamentou não poder participar de forma integral do encontro por razões de cunho profissional, contando com compreensão de todos para deixar a reunião antes do seu término.

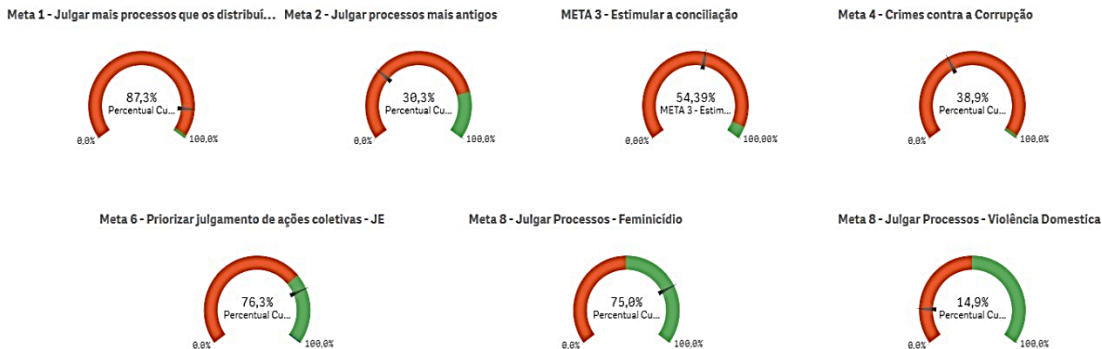
O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, agradeceu as palavras do Presidente do CGov e deu prosseguimento, passando a palavra ao Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, para a leitura da XI RAE.

5. Leitura da ATA da RAE anterior

O Secretário Geral da Presidência realizou a leitura da ata da RAE anterior e solicitou a manifestação dos participantes. Como não houve ressalvas, a ata foi aprovada oficialmente.

6. Metas Nacionais

O Secretário de Planejamento e Orçamento apresentou a agenda do evento e deu início à apresentação das Metas Nacionais.



Em relação à Meta 1, considerou razoável o desempenho do TJBA, visto que muitas unidades judiciárias do interior estão fechadas em razão de decretos municipais de controle da pandemia de Covid-19.

A Meta 2 historicamente apresenta mais dificuldades para o TJBA, ainda assim, considerando a situação de calamidade pública, estamos com um percentual aceitável.

Pedro Vivas mencionou os resultados das Metas 3, 4 e 6. Na apresentação da Meta 8, informou o índice de processos – Feminicídio e nos processos de violência doméstica, alertou para o percentual muito baixo, para atenção do Comitê de Governança.

O Secretário de Planejamento e Orçamento, ao falar da Meta 9, explicou que dos 72% apresentados, 50 pontos percentuais relacionam-se ao envio de um Plano de Ação ao CNJ.

A apresentação das Metas foi encerrada e o secretário franqueou a palavra aos participantes. Não houve manifestação.

7. Indicadores Justiça em Números

A apresentação feita pelo Secretário de Planejamento e Orçamento fez uma análise comparativa dos indicadores no mês de junho dos anos de 2020 e anteriores.

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

O número de casos novos reduziu 19,86%, já com relação ao ano de 2018 o percentual foi menor. O PJBA está com o percentual melhor do que o ano de 2017, que é de 18,55%.

Em relação ao número de processos baixados, a situação é similar a dos Casos Novos. Em 2020, o PJBA está 39% abaixo em relação ao ano de 2019. O secretário lembrou que a Semana de Sentenças e Baixas está em andamento e espera-se que essa ação minimize o impacto da pandemia em relação aos casos baixados. Em 2018 a diferença é de 7,71%; e, com relação ao ano de 2017, a situação atual é melhor em 10,84%. O efeito de queda dos casos novos e menos baixas se dá no Índice de Atendimento à Demanda, que em 2020 é de 93,71%, o que não é o ideal, pois esse indicador deve se apresentar maior que 100%, pois dessa maneira o Tribunal mostra que está baixado os casos novos e baixando o excedente, os processos mais antigos. Em 2019 o PJBA obteve 123,64%, diferentemente de 2018, que foi de 83,85% e em 2017 o IAD foi de 100,21%. Ressaltou que em 2017 foi a primeira vez que o PJBA conseguiu passar dos 100%.

O Secretário reforçou que quanto ao ano de 2020, considerando que a medição é até o mês de julho, faltam apenas 7 pontos percentuais para que o PJBA chegue aos 100%. O Diretor de Planejamento Estratégico, Alessandro Santos, informou que o número de processos baixados tem diminuído a cada mês. Como exemplo citou que no mês de junho desse ano o PJBA ficou com 71% a menos no número de processos baixados que no mesmo mês do ano anterior. Em abril o percentual foi de 36%, em maio a diferença para menor foi de 54% e em junho 71%. O Diretor relatou que a produtividade de gabinete dos magistrados vem conseguindo atender a demanda, porém a produtividade cartorária está muito aquém do esperado. É sabido que existem processos físicos que nesse momento estão impossibilitados de movimento, mas esse número é muito expressivo e traz uma grande preocupação com relação à atividade dos servidores em baixar esses processos. Os primeiros números da Semana de Sentenças e Baixas mostram que baixamos 10 mil processos a menos do que no ano passado, no primeiro dia. Alessandro Santos acredita que é necessário haver mais efetividade na comunicação, a intervenção da Corregedoria é importante, citou o ato que determina que as serventias façam o atendimento virtual, através de e-mail e telefone. O Diretor de Planejamento Estratégico citou que as respostas nas postagens do PJBA nas redes sociais mostram muitas vezes depoimentos de advogados que não estão sendo atendidos, que as unidades não respondem e-mails e que esse ato da Corregedoria é um meio para fazer com que as unidades atendam. Sabe-se que o número de casos novos deverá aumentar dentro de um ou dois meses, pois é uma demanda represada e precisaremos do apoio das unidades para aumentar as baixas processuais.

O Secretário de Planejamento agradeceu à intervenção do Diretor de Planejamento Estratégico e acrescentou que se continuarmos no mesmo cenário, a projeção é que o IAD fique em 99%, o que não é interessante para as pretensões do Tribunal de Justiça da Bahia. Seguindo a mesma lógica para processos baixados, a projeção no número para 2020 fica em 1.131.666 contra 1.710.932 de 2019. Consequentemente, se o IAD fica abaixo dos 100% e os processos baixados diminuem, o número de casos pendentes tende a aumentar. A projeção para 2020 é de um aumento de quase 300 mil, o que não se mostra interessante para a estratégia institucional do PJBA.

8. Ações de Retomada COVID-19

O Secretário de Planejamento pediu aos representantes das áreas que observassem o tempo de apresentação que deveria ser no máximo de 3 minutos. Algumas ações tornaram-se projetos estratégicos e outras serão executadas como projetos departamentais. Pedro Vivas lembrou da importância do Escritório Departamental de Projetos e Processos na execução dos projetos das unidades.

A primeira unidade a apresentar foi a Sejud na pessoa da Secretária Bianca Henkes, que cumprimentou o Presidente do TJBA e os demais membros da Mesa Diretora. A Secretária relembrou alguns pontos da **Ação Migração do Saj para o PIE**, tais como a parceria com a Setim e apoio da Corregedoria e seu objetivo que é a unificação dos sistemas através do software migrador, ou seja, todos os processos que tramitam no SAJ passam a tramitar no Pje. Em relação ao que foi desenvolvido desde a XI RAE até a data da presente Reunião, além do aprimoramento do software, foi implementado o migrador na 4ª Vara de Família, escolhida como piloto da ação, onde todo o acervo (5.157 processos) foi colocado na fila e foi obtido o êxito de 4.804 processos migrados automaticamente, representando sucesso de mais de 93%. A Setim já confirmou a capacidade de migrar cerca de 141 mil processos por mês, restando pendente a elaboração do projeto, pois muitos magistrados já entraram em contato pedindo para que fosse implementada essa migração. A Secretária finalizou sua apresentação informando que a Sejud está elaborando o cronograma para a implantação nas demais varas.

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

Pedro Vivas pediu que a Sejud prosseguisse a apresentação pois a próxima ação seria a **Consolidação da Rede de Governança Colaborativa Regional**. A secretária Bianca Henkes passou a palavra para a Diretora de Primeiro Grau, Thais Filippi.

A Diretora de Primeiro Grau cumprimentou o Presidente e os demais participantes e iniciou sua apresentação falando da Rede de Governança Colaborativa Regional. Lembrou que o objetivo da referida Rede é descentralizar o planejamento e a execução da estratégia do Poder Judiciário aproximando a Administração das Unidades Judiciárias. Dentre as atividades já realizadas citou a definição do objetivo para a Rede como sendo realizar o Planejamento Estratégico de cada comarca utilizando da estrutura existente de cada uma delas com a finalidade da melhoria da prestação jurisdicional. Também foi elaborada uma apostila com o funcionamento da Rede orientando os magistrados das 22 regionais organizadas no estado da Bahia. Os juízes coordenadores das regionais orientarão as comarcas na elaboração do seu planejamento estratégico, com o suporte da Diretoria de Primeiro Grau e também a realização de um treinamento para verificar a metodologia para implementar a estratégia de cada região. Está sendo elaborado também um cronograma para realizar reuniões periódicas com os magistrados e um levantamento das necessidades de cada comarca para melhorar a prestação jurisdicional com base em uma estratégia formulada. Finalizou a apresentação solicitando o apoio da Seplan na questão da elaboração do Planejamento Estratégico.

Dr. Cláudio Cesare solicitou a palavra. O magistrado cumprimentou a todos e falou sobre a determinação do CNJ para a digitalização dos processos, mencionando que o Núcleo de Precatórios já conseguiu implantar o Pje Precatórios, agradecendo ao Secretário da Setim, Luis Bahiense, prosseguiu informando que o sistema começará a funcionar efetivamente a partir do mês de agosto. No entanto, há uma solicitação do Comitê Gestor das Contas Especiais Precatórios, que é um comitê integrado por representantes de todos os Tribunais do Brasil para digitalizar todos os chamados PA's dos Municípios e, em contato com a Procuradoria Geral do Estado, já se sabe que existem nos arquivos de backup praticamente todos os processos de precatórios do Estado Digitalizados, o que corresponde a 60/70% do nosso acervo. Para que possamos obter esses processos é necessário um migrador de arquivos em formato pdf para o Pje Precatórios. Dr. Cláudio Cesare solicitou que a Setim desenvolva esse migrador e pediu que a Secretária Judiciária atuasse com urgência para que essa ferramenta seja desenvolvida com a maior brevidade.

A Secretária Judiciária manifestou que está à disposição e dará andamento assim que o desenvolvimento da ferramenta estiver concluído, tarefa que cabe à Setim. O Secretário de Tecnologia da Informação, Luis Bahiense agradeceu a Dr. Cláudio Cesare pelas palavras e pelo trabalho desenvolvido pela equipe e prosseguiu afirmando que necessita apreciar com mais cuidado a solicitação pois não se trata de um migrador, mas sim de um portador de arquivos. Colocou-se à disposição para conversar sobre mais detalhes com Dr. Cláudio Césare para viabilizar a ação.

O Secretário Pedro Vivas deu continuidade à Reunião pedindo que a ação Cumprimento das Metas Nacionais de Desempenho nas Unidades Judiciais do 1º Grau fosse apresentada.

A Diretora de Primeiro Grau, Thais Filipe, explicou que estão sendo tratadas duas metas em especial: Meta 9 e Meta 2. Com relação à Meta 9, o tema escolhido dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi educação. Sendo assim a Meta 9 tratará de julgamento de processos voltados para educação. Como foi informado no início da reunião o percentual da meta está em 72% de cumprimento. A DPG já expediu um ofício tanto em relação à meta 2 como à meta 9 solicitando a priorização do julgamento dos processos relacionados a essas metas. Informou que estão sendo enviados e-mails a todos os magistrados com as relações de processos da meta 2 e da meta 9, exatamente para facilitar a priorização desses julgamentos. A DPG, através do grupo de saneamento, está realizando trabalho em unidades mais necessitadas em termos de organização de estoque processual. Os magistrados cujas unidades estão passando pelo saneamento estão priorizando a meta 2 e a baixa processual. A Diretora também mencionou a edição do decreto estabelecendo a Semana de Sentenças e Baixas, onde a meta 2 também é priorizada. Ainda com relação à meta 9, está sendo feito um levantamento junto aos magistrados acerca das providências adotadas com relação a esses processos.

Dando prosseguimento à Reunião, o Secretário de Planejamento informou que a ação da Seplan, Atualização do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares do Poder Judiciário da Bahia, está em andamento e as atividades que foram concluídas: transferência do processo da Sejud para a Seplan, levantamento das novas competências de mercado que pudessem impactar na minuta do Regimento, ou seja, dentro das novas profissões aquilo que existia de essência de competências que pudessem contemplar nesse Regimento Interno a fim de que ele não nascesse defasado, foi feita uma revisão inicial da minuta e a comparação entre a minuta do Regimento e a Cadeia de Valor do TJBA. Dentre as tarefas que ainda estão em andamento relacionou: encaminhamento para revisão e validação pelas Unidades até dia 20/07/2020 e a previsão da conclusão dessa atividade é dia

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

21/08/2020, data quando se pretende enviar para a Comissão de Reforma a fim de que sejam feitos os encaminhamentos internos em relação às possíveis emendas que os Desembargadores entendam ser colocadas.

Quanto à Implantação do Gerenciamento Matricial de Despesas – GMD, o Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia informou que o projeto já foi executado em 68% do planejado. Dentre as atividades já executadas tem-se a publicação do decreto regulamentando a implantação do Sistema de Gerenciamento Matricial de Despesas. Está sendo preparado o material para o treinamento do SGF, sendo que a gravação do tutorial já foi concluída. Os dados das despesas já foram coletados e a fase de análise no BI já está em conclusão, inclusive no dia 10/07/2020 foi apresentação ao Núcleo Socioambiental, que será um dos usuários do sistema. Franco Bahia elencou as próximas atividades do projeto: finalizar o material escrito do treinamento do SGF; finalização do tratamento de dados do BI, pois ainda há algumas divergências de dados constantes no BI e os dados que estão nas unidades, principalmente por causa das unidades descentralizadas, razão pela qual enfatiza-se a importância da obrigatoriedade do uso do SGF, pois isso permitirá que a qualidade dos dados extraídos pelo BI tenha maior fidedignidade, permitindo uma análise mais apurada. O Secretário informou que até o dia 18/08/2020 será feito o treinamento teórico e prático do SGF e o mapeamento do processo do GMD. Franco Bahia adicionou que o sistema já está sendo utilizado, embora ainda com algumas questões limitantes, porém alguns dados como combustível já estão sendo acompanhados, portanto, embora a execução seja de 68%, o sistema já está em uso.

Pedro Vivas agradeceu à apresentação do Secretário Geral da Presidência e anunciou o próximo tema: **Racionalização dos Recursos de TIC**, passando a palavra ao Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização, Luis Bahiense, que mostrou a necessidade da ação para que possa haver controle na aquisição e distribuição de recursos computacionais para os membros do Tribunal. Em razão da pandemia foi detectada essa necessidade iminente de racionalização. A minuta do decreto está pronta para ser apreciada pelos Secretários e pela Presidência e assim publicar o documento e de fato tomar as ações e a partir de então realizar as aquisições e distribuições dos recursos computacionais sejam eles, notebooks, modems e celulares. Em relação às impressoras, o Secretário informou que o contrato atual não permite um controle de cotas de modo amplo como o Tribunal precisa. Dessa forma, está sendo avaliada a possibilidade de realizar nova licitação para contemplar esse serviço, certamente na próxima RAE já haja alguma decisão, bem como a publicação do decreto.

A iniciativa da Secretaria de Gestão de Pessoas, **Regime de Teletrabalho**, foi apresentada pela Secretária Janaína Castro. A Secretária cumprimentou o Presidente do CGov, bem como o Corregedor Geral, juízes assessores e colegas presentes. Quanto à iniciativa, Janaína Castro explicou que o Teletrabalho já está encaminhado, a minuta já foi entregue à Presidência do Tribunal, junto com o resultado da pesquisa sobre teletrabalho, que teve participação de quase 4 mil servidores e magistrados. Sobre a pesquisa a Secretária mostrou como um dado interessante que 96% dos respondentes concordam que o Regime de Teletrabalho deva ser regulamentado. Ainda dentre os itens pesquisados os pontos positivos em relação ao Teletrabalho foram flexibilidade em relação ao horário, ganho de tempo em relação ao trajeto, aumento da produtividade e da qualidade de vida. A minuta do Decreto que regerá o Teletrabalho está em fase de análise para posterior publicação.

Dr. Marcos Lêdo, Juiz Assessor da Corregedoria Geral de Justiça, apresentou a iniciativa Implantação do Sistema PjeCor, cumprimentado inicialmente os participantes pela excelência dos trabalhos já apresentados e em seguida falou sobre a atividade em questão como sendo um sistema criado e gerido pelo CNJ de acompanhamento de determinados processos administrativos disciplinares, cuja utilização é obrigatória nas Corregedorias e a sua implantação no Tribunal Pleno e no Conselho da Magistratura também são obrigatórias e o prazo fixado pelo CNJ é até o final do ano de 2020. O Sistema será completamente implementado na Corregedoria Geral de Justiça até 30/07/2020 e no dia 17/07/2020 a Corregedoria das Comarcas do Interior terá implantação plena. Informou que os processos do SIGA continuarão no sistema até seu arquivamento. Segundo o juiz assessor a iniciativa do PjeCor é estratégica pois envolve diversos setores do Tribunal de Justiça. Já foram iniciadas as tratativas com a Chefia da Presidência para que haja disponibilização e viabilização da ferramenta aos desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura e do Tribunal Pleno. Dr. Marcos Lêdo mostrou o cronograma atualizado sinalizando que o treinamento para servidores e magistrados das corregedorias já foi feito e que serão utilizados os tokens do TJBA, uma vez que o CNJ não enviou. Após a definição do cronograma de implantação junto com a Chefia de Gabinete, serão executados os treinamentos de todos os magistrados e servidores das comarcas do interior com o apoio da Setim.

Ainda em relação ao Projeto PjeCor, o juiz assessor da Corregedoria das Comarcas do Interior, Dr. Jonny Maikel acrescentou que também o relatório da inspeção do CNJ para o Tribunal diz expressamente que consta como determinação a implantação do PjeCor nas Corregedorias e no Tribunal Pleno, esquecendo-se de mencionar o Conselho da Magistratura. Então, além das resoluções, na inspeção já existe essa determinação. A parte que

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

cabe às Corregedorias já está feita, mas é necessário o auxílio dos setores da Presidência para implantação nos órgãos colegiados (Conselho da Magistratura e Tribunal Pleno). O juiz assessor pediu a colaboração dos setores para o cumprimento do relatório de inspeção do CNJ, pois a implantação do sistema não é tão simples e requer treinamento de um procedimento que atualmente é feito por e-mail e, futuramente, precisará ser totalmente através do sistema.

Franco Bahia interveio para solicitar que uma reunião seja marcada entre as Corregedorias, a Secretaria Geral, Setim e Unicorp para traçar plano de ação do treinamento do PjeCor, além de alinhar o papel da Setim no desenvolvimento dos perfis do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura.

O projeto da Corregedoria: **Inspeção pela Corregedoria por Videoconferência, sem Adição de Custos ao Tribunal** foi defendido por Dr. Marcos Lêdo. O magistrado solicitou que o projeto que na RAE anterior havia sido elencado como estratégico, agora seja executado como projeto departamental pelo EDEP da Corregedoria. Dr. Jonny Maikel ratificou a posição de Dr. Marcos Lêdo considerando que os projetos estratégicos devem ter um caráter global, abrangendo interesses de todas as unidades, e o projeto em questão envolve apenas as Corregedorias, inclusive algumas inspeções já iniciaram, o que Dr. Marcos Lêdo confirmou. O Secretário de Planejamento questionou se havia objeção por parte do CGov em retirar o projeto da corregedoria do portfólio estratégico. Sem objeções, o projeto seguirá como departamental.

Para a defesa do projeto Inovações Tecnológicas da Coje, Pedro Vivas chamou a Coordenadora dos Juizados Especiais, Dra. Fabiana Pelegrino. A magistrada informou que finalizaria a apresentação e passou a palavra aos componentes do Escritório Departamental de Projetos e Processos da Coordenação de Juizados Especiais. Leonardo Oliveira, assessor da Coje, cumprimentou a todos os presentes e informou que o projeto está cadastrado no SGP, cronograma atualizado. O produto Automação das Atividades Cartorárias continua como departamental conforme decidido na RAE anterior. O produto Negociação Virtual está em andamento, tendo como atividades já concluídas: definição do Cronograma com a SETIM; levantamento de Requisitos; validação do Protótipo e criação do Projeto Funcional. A tarefa que está sendo executada no momento é desenvolvimento da funcionalidade e sua previsão de entrega é em 27/10/2020. Sobre o produto Aplicação de Inteligência Artificial para Sugestão de Peças Judiciais, Leonardo Oliveira relatou que está na fase de análise de dados com previsão de entrega em 07/10/2020. Os produtos Julgamento Temático e DAJE Unificado para o Preparo Recursal ainda não foram iniciados, tendo suas datas de início em 24/08/2020 e 19/10/2020 respectivamente. Como o projeto contempla diversos produtos, a data de término está prevista para 17/12/2021.

A assessora da Coje, Tatiany Ramalho, apresentou o projeto Recolher Legal, lembrando que na Reunião de Análise da Estratégia anterior foi verificada a existência de semelhanças de objetivos com o projeto apresentado pelo Núcleo de Arrecadação e Fiscalização. Diante disto, em concordância com o Diretor de Arrecadação e Fiscalização, Adolfo Ferri, o projeto foi unificado e o escopo refeito a fim de abarcar sistemas dos Juizados Especiais como o Primeiro Grau, gerando um benefício maior para o PJBA. A assessora ressaltou que novos produtos e novas propostas de tecnologia serão acrescentadas, além da interação com a Diretoria de Primeiro Grau que, a partir da ampliação do escopo, deverá ser implementada. Dentre as atividades já realizadas citou: levantamento das unidades judiciárias do Sistema dos Juizados Especiais com processos sem recolhimento das custas remanescentes tanto os que estão na fila “Remetidos para a Central de Custas Judiciais “ como aqueles que não foram remetidos para a suso mencionada fila, mas não foi adotado o devido procedimento para o recolhimento, exemplo: processos com embargos à execução improcedentes; ofício circulares remetidos às unidades judiciárias do Sistema com orientações e a lista de processos que deverão ser adotadas medidas para o recolhimento; reuniões com o NAF e CCJUD para alinhar os projetos. Foi apresentado também o cronograma sintético das próximas atividades. Tatiany Ramalho finalizou colocando o projeto para análise e aprovação para o Comitê de Governança.

O Secretário de Planejamento, solicitou que o Diretor do Núcleo de Arrecadação e Fiscalização se manifestasse acerca do projeto. Adolfo Ferri cumprimentou a todos e ratificou as palavras de Tatiany Ramalho. Acrescentou que a estrutura do Escritório Departamental de Projetos e Processos da Coje será fundamental para a execução do projeto, vez que há o Núcleo de Inovação cujos componentes conhecem bastante os sistemas do Tribunal. Adolfo acrescentou que a união da Coje e NAF promoverá a ampliação do recolhimento das custas bem como o conhecimento da estrutura total de recolhimento do Tribunal. O Diretor confirmou a integração com a DPG, com o fim de aproximação com as unidades. Alertou também que caso não seja possível o recolhimento das custas, será possível o protesto antes do envio para a Dívida Ativa. Informou que o protesto está praticamente pronto, tendo toda a questão documental aprovada a ser enviada ao Instituto de protesto, prevendo que o normativo seja publicado ao fim da semana seguinte. Acrescentou que após a Semana de Sentenças e Baixas, os processos que não tiveram suas custas recolhidas já serão enviados para protesto. Concluiu pedindo o apoio do Comitê na aprovação do projeto por ser de grande valia para o Tribunal.

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

Pedro Vivas abriu para opinião dos participantes. Dr. Cláudio Cesare pediu a palavra para manifestar-se contra o projeto ser de competência da Coje, vez que o Juizado Especial não cobra custas, atividade que cabe aos cartórios. O magistrado reforçou que na reunião anterior já havia manifestado sua posição contrária quanto a gestão do projeto ser da Coje. Deixou registrado que, mesmo que o projeto seja aprovado pelos membros do Comitê de Governança, seu voto é contrário. Para o magistrado, o projeto deve ser executado por uma equipe dos cartórios, pois são aqueles que entendem de cobrança de custas, com a presença da Corregedoria.

Dra. Fabiana Pelegrino interveio esclarecendo que o projeto não determina que a Coje fará o recolhimento das custas, as unidades são as responsáveis por realizar o recolhimento, mas que atuará a fim de organizar, otimizar, juntamente com o NAF, para tornar o recolhimento uma realidade. O projeto se propõe a apresentar soluções para as dificuldades e pendências no recolhimento das custas. A Coordenadora informou também que no propósito de otimizar as atividades de recolhimento, em interlocução com a Setim, foi desenvolvido um fluxo, assim como foi feito com as custas no sistema de juizados especiais, para o recolhimento recursal e foi muito exitoso e tem apresentado celeridade indispensável para o sucesso de um projeto como este. A magistrada passou a palavra para o assessor Cláudio Lemos que explicou que a proposta da Coje em conjunto com o NAF é desenvolver a integração dos sistemas existentes com o fim de monitorar todas as movimentações que possam gerar custas, e no sistema de recolhimento de custas os Dajes possam ser gerados e os documentos necessários ao devido recolhimento, dispensando a necessidade do servidor do cartório procurar no sistema onde está o processo e depois lançar tudo no sistema de recolhimento. A integração permitirá essa facilidade com o propósito de dar mais celeridade à cobrança. A Coje, portanto, será a unidade que desenvolverá essa ferramenta que facilitará o fluxo de trabalho tanto das unidades como do NAF.

O Presidente do Comitê de Governança, Des. Lourival Trindade, opinou no sentido de que o projeto da Coje não exclui as demais unidades, pelo contrário, evidencia a participação de diversas áreas na formação da equipe para sua execução. O Presidente não observa antagonismo entre o recolhimento das custas e a execução do projeto Recolher Legal. O Desembargador aproveitou a oportunidade para agradecer a todos, deixou seu voto favorável ao projeto e, em razão de outro compromisso, retirou-se da Reunião.

Pedro Vivas questionou se havia mais algum membro contrário ao projeto Recolher Legal. Dr. Cláudio César esclareceu que não é contrário ao projeto, mas sim à gerência do mesmo ser de uma unidade que, em sua opinião, não detém o conhecimento do procedimento.

O Projeto Recolher Legal foi aprovado pelo CGOv.

O Secretário de Tecnologia da Informação pediu a palavra para acrescentar que o projeto de atualização do Sistema Pje da versão 2.0 para a 2.1 está sendo executado no âmbito departamental, assim como o fluxo Criminal do referido Sistema.

O juiz Ouvidor da 2ª Vice-Presidência, Dr. Raimundo Braga, apresentou o projeto Mapeamento das demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade. Antes da apresentação fez algumas considerações: informou que o projeto de virtualização dos processos da sessão de recursos da 2ª Vice-Presidência foi aprovado e será iniciado com o treinamento do pessoal para cadastrar os processos na base de dados da empresa terceirizada responsável pela migração dos dados. A expectativa é de migrar aproximadamente 2.000 processos por mês. Outro ponto destacado pelo magistrado foi em relação ao sistema de B.I. disponibilizado para o Núcleo Socioambiental que contribuirá para o melhor monitoramento dos dados relativos ao Núcleo que pontuam no Justiça em Números. Em relação à atividade da ouvidoria, Dr. Raimundo Braga ressaltou que a maior queixa recebida durante a pandemia é a dificuldade de comunicação dos advogados com os cartórios e juízes. Dessa maneira pediu que a área técnica verificasse se os cartórios conseguiram transferir as chamadas telefônicas do local de trabalho para suas residências, onde estão desenvolvendo suas atividades através do teletrabalho. Em relação ao projeto, o juiz ouvidor destacou um trecho da justificativa contida no escopo do projeto e confirmou que o projeto busca o auxílio da inteligência artificial para que o Tribunal possa fazer o monitoramento do seu acervo processual, para identificar os possíveis casos que possam gerar um desses dois incidentes (IAC e IRDR) Acrescentou que o projeto é perfeitamente alinhado com a estratégia nacional e do PJBA. Antes de passar a palavra para a assessora Líbia Andrade para explicar o detalhamento do projeto, Dr. Raimundo Braga destacou a importância do trabalho conjunto de todas as unidades para o desenvolvimento de melhores tecnologias para o Tribunal, além de buscar soluções que já existam em outros tribunais. O magistrado acrescentou que a estimativa de custo para a implantação do projeto é de quatrocentos mil reais.

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

A Sra. Líbia Andrade destacou a relevância do projeto de mapeamento das demandas repetitivas e de grande potencial de repetitividade. Esse mapeamento está vinculado à questão do sistema de precedentes obrigatórios que foi introduzido com as modificações do novo CPC, como uma forma de racionalização dos julgamentos. Com relação ao alinhamento estratégico, o projeto contribui para o macrodesafio: Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios. O objetivo do projeto é identificar, no segundo grau, demandas que tenham a mesma questão de direito, pois tem-se observado que por mais que haja esforços dos magistrados no sentido de proferir julgamentos, o número de ações com questões de direito idênticas se avoluma, dessa maneira é preciso existir uma estratégia para otimizar o processo de julgamento. A identificação da matéria facilitará, não só a correlação entre os processos em tramitação com os temas que estão sendo julgados no STJ e STF. Hoje sabe-se que em cada Tribunal Superior há mais de mil temas, dificultando para quem está nos Tribunais de primeira instância, consultar cada tema e buscar a similaridade entre uma questão que já foi afetada nos tribunais superiores e fazer a aplicação daquela tese firmada, como também é importante para o TJBA incrementar a instauração de IRDR e a instauração de IAC, pois hoje observa-se nos tribunais superiores, que os precedentes judiciais têm sido utilizados para firmar tese em matérias que já tenham sido pacificadas. É interessante que haja uma tese firmada em matéria local como forma de reduzir a litigiosidade excessiva. Sabe-se que quando aumenta o número de julgamentos com entendimentos divergentes também aumenta o número de recursos que são recebidos pelos tribunais. O projeto visa contribuir para a racionalização dos julgamentos com o princípio da segurança jurídica, com a celeridade processual e contribuir com a redução da taxa de congestionamento e também identificar as demandas repetitivas. A assessora informou que o STJ possui uma ferramenta com essa funcionalidade, o sistema Atos faz a triagem dos processos, localiza processos semelhantes; o TJMG também possui o sistema Radar também utilizado para identificação de demandas repetitivas e com outras funcionalidades. Além de cumprir com a resolução 235 do CNJ, o projeto também contribuirá para o que manda o novo CPC. Lembrou que o custo estimado do projeto poderá ser readequado conforme a análise da Secretaria de Tecnologia da Informação.

O Secretário de Planejamento agradeceu à apresentação da assessora Líbia Andrade e passou a palavra ao Secretário da Setim, Luis Bahiense, para que fizesse suas considerações tendo em vista que pode haver alguma iniciativa semelhante existente e em andamento.

O Sr. Luis Bahiense elogiou o projeto e anunciou que recentemente foi lançado o LabJus, que é o laboratório que tem o viés de pesquisa de inovação para o Tribunal, nesse local serão discutidos os problemas que o TJBA enfrenta que possam ser sanados com novas tecnologias. A ideia é que seja feito um convênio com uma universidade com centro de pesquisa no país para auxiliar a resolver as questões do Poder Judiciário. O tema do projeto apresentado já foi abordado no LabJus e poderá ser discutido com mais detalhamento. A dúvida do Secretário foi com relação à estimativa de custo, como foi levantado.

Dr. Raimundo Braga afirmou que o cálculo foi feito a partir dos números de ponto de função, além da premissa de que pode se encontrar muito material pronto nos tribunais superiores ou no TJMG. O cálculo foi feito com base nas horas e pontos de função para a elaboração do sistema.

O secretário Luis Bahiense questionou se novos projetos com valores de investimento já poderiam ser executados tendo em vista que na primeira RAE de 2020 ficou estabelecido que projetos que necessitassem de recursos não seriam implementados em um primeiro momento, por razão da pandemia de covid-19 afetar a arrecadação do Tribunal.

O Secretário Pedro Vivas esclareceu que realmente o cenário continua o mesmo, e que o investimento para o projeto solicitado pela 2ª Vice-Presidência poderia constar dos recursos já existentes e disponíveis na Secretaria de Tecnologia da Informação. Sugeriu que haja um acerto entre as duas áreas para encontrar um caminho para a execução do projeto, sem que haja investimentos adicionais, ressaltando que não há impedimento para que outras ações do projeto, que não importem em desembolso possam ser realizadas. Deixando a aprovação do projeto para a próxima RAE.

O Secretário Luis Bahiense solicitou que ocorra uma conversa entre as duas unidades, como também a participação de Dr. Raimundo Braga na próxima reunião do LabJus para expor a ideia do projeto e verificar a possibilidade de sua realização.

Dr. Raimundo Braga aceitou a proposta e pediu a assessora Líbia Andrade que acrescentasse mais informações. A assessora informou que foi feita uma visita técnica ao TJMG e que seria interessante verificar o relatório técnico dessa visita para auxiliar no início do projeto.

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

9. Situação Projetos Estratégicos

Em continuidade à RAE foi apresentada a situação dos projetos estratégicos pela Coordenadora de Projetos e Processos, Cristina Cunha. A coordenadora apresentou o quadro a seguir:

UNIDADE	PROJETOS	DATA INÍCIO	DATA DE TÉRMINO PLANEJADA	DATA DE TÉRMINO REPLANEJADA	% CONCLUSÃO EXECUÇÃO	DATA DE ATUALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO
CGI	TODOS JUNTOS CONTRA O FEMINICÍDIO	12/06/18	11/12/18	09/12/20	33%	13/07/20	Promover em 2018 programa institucional evidenciando a importância da jurimetria processual sob a perspectiva de gênero, os fatores de risco e para fortalecer as instituições e uso do protocolo com vista à aplicação das Leis e Tratados Internacionais de combate à violência contra as mulheres.
CGI	COORDENAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE MANDADOS - CCM	12/06/18	03/07/20	08/03/21	72%	13/07/20	Implantar a Coordenação de Cumprimento de Mandados (CCM).
CGI/COJE	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CÁLCULOS JUDICIAIS	07/05/18	11/03/19	15/09/20	83%	13/07/20	Implantar Sistema de Cálculos Judiciais até Março de 2019.
COJE	IMPLANTAÇÃO DA QUEIXA CIDADÃ	15/05/18	23/03/20	14/07/20	95%	08/07/20	Desenvolver aplicativo de smartphone e portal web para geração de queixa devendo o resultado do cadastramento originar o Jus Postulandi.
NAF	APRIMORAMENTO DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO	07/04/17	29/01/20	02/09/20	66%	22/05/20	Aprimorar os processos de Gestão e Fiscalização da Arrecadação.
CTJUD	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO	17/05/18	26/02/19	23/09/21	54%	13/07/20	Implantar Unidade de Acompanhamento de Gestão até dezembro de 2018.
SETIM	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA	07/06/17	11/12/18	29/09/20	94%	10/07/20	Implantação Sistema de Videoconferência em 60 Unidades do TJBA.
SEGESP	POPULUS				3%		Projeto de aquisição e implantação do novo sistema de Gestão de Pessoas do TJBA. Em fase de Replanejamento.
SEGESP	IMPLANTAÇÃO DO E-SOCIAL NO TJBA				29%		Implantar o eSocial no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia até janeiro/2021. Será submetido ao CGOV para Cancelamento.

Ressaltou os seguintes pontos:

A data de atualização do projeto do NAF está em 22/05, porém antes da era, ele foi atualizado, portanto no Sistema de Gestão e Projetos a data já foi alterada.

O projeto Populus será replanejado, conforme definição em Reunião de Líderes Avançados.

Há necessidade de deliberação acerca do projeto Implantação do e-Social.

Na próxima RAE, o painel dos projetos estratégicos será atualizado com os projetos aprovados pelo Comitê de Governança, portanto os projetos estratégicos deverão estar lançados no SGP – Sistema de Gestão e Projetos para acompanhamento.

O Secretário Pedro Vivas colocou em votação a retirada do Projeto Implantação e-Social. O Comitê de Governança aprovou o cancelamento do projeto. Serão aguardadas as novas diretrizes da legislação federal para a implantação do Sistema.

10. Desdobramento da Estratégia

O Secretário Pedro Vivas apresentou o cronograma abaixo:

Ações executadas:

Reuniões com as unidades para orientação acerca da metodologia do trabalho:
01, 02, 03, 07, 08 e 13 de julho

Envio do formulário eletrônico para preenchimento pelas unidades:
em 07/07/2020

Ações em Andamento:

Fase 01 - Mapa Estratégico Departamental → 31/07/2020 (**Prorrogado**)

Ações a executar:

Fase 02 - Plano Estratégico Departamental → 11/09/2020

Fase 03 - Plano Estratégico Desdobrado → 30/10/2020

Fase 04 - Aprovação Plenária → Dezembro/2020 (Pleno Administrativo)

XII REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – XII RAE

11. 2ª Semana de Sentenças e Baixas

Ficou aprovada a semana de 05 a 09 de outubro de 2020 para a realização da 2ª Semana de Sentenças e Baixas.

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, lembrou sobre a discussão do formato da semana de sentenças e baixas que deve ser definido. Ficou decidido que o novo formato será decidido na próxima RAE.

O Secretário Pedro Vivas registrou em ata a justificativa da ausência dos Desembargadores Nilson Soares Castelo Branco e Osvaldo de Almeida Bonfim em razão de atividades jurisdicionais. Ambos foram representados pela Sra Tuany Andrade e Dr. Marcos Ledo respectivamente.

Dr. Raimundo Braga solicitou à Diretora de Primeiro Grau, Thais Felippi, auxílio na digitalização de processos para serem baixados em razão da perda de mão de obra no núcleo de digitalização.

12. Agendamento Próxima RAE

Foi aprovada a data de 22 de setembro de 2020 para a XIII Reunião de Análise da Estratégia.

13. Encerramento

O Desembargador Corregedor José Alfredo Cerqueira da Silva elogiou a reunião e conclamou a todos para a elevação do Poder Judiciário da Bahia ao lugar onde deve estar.

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, agradeceu a presença de todos e encerrou a XII Reunião de Análise da Estratégia.